



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: instrumento estratégico para a competitividade
empresarial.**

ERICK JUSSIÊ MACÊDO AIRES

**CAMPINA GRANDE – PB
NOVEMBRO / 2014**

ERICK JUSSIÊ MACÊDO AIRES

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: instrumento estratégico para a
competitividade empresarial.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: MSc. José Péricles Alves Pereira

**CAMPINA GRANDE – PB
NOVEMBRO / 2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A298c Aires, Erick Jussie Macêdo
Contabilidade ambiental [manuscrito] : instrumento
estratégico para a competitividade empresarial / Erick Jussie
Macedo Aires. - 2014.
17 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: José Péricles Alves Pereira, Departamento de
Ciências Contábeis".

1. Contabilidade ambiental. 2. Sustentabilidade. 3.
Empresas. I. Título.

21. ed. CDD 657.4

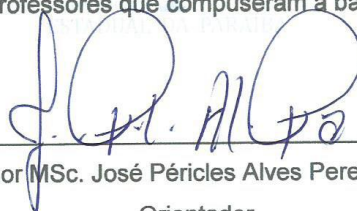
**CONTABILIDADE AMBIENTAL: instrumento estratégico para a
competitividade empresarial.**

Este trabalho de conclusão de curso – TCC foi julgado adequado para a obtenção do título de bacharel em Ciência Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.



Professor MSc. José Elinilton Cruz de Meneses
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

Professores que compuseram a banca:



Professor MSc. José Péricles Alves Pereira / UEPB
Orientador



Professor MSc. Ricardo Ferreira Dantas
Examinador



Professora Dra. Ednadi Batista da Silva
Examinador

RESUMO

AIRES, Erick Jussie Macêdo. **CONTABILIDADE AMBIENTAL: instrumento estratégico para a competitividade empresarial. 2014. 17 páginas.** Trabalho de conclusão de curso - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

Diante da importância em operar de maneira sustentável, emerge a preocupação do mundo empresarial em adotarem uma postura responsável face ao meio ambiente, reduzindo ao máximo o impacto ambiental causado por suas empresas. Assim, indaga-se de que forma a contabilidade ambiental pode contribuir para minimizar estes efeitos e tornar-se uma ferramenta auxiliar e ardil num mercado tão concorrido? Este estudo visa explorar a Contabilidade Ambiental, como uma ferramenta auxiliar e estratégica para as empresas, além de reduzir os danos e prejuízos causados ao meio ambiente. A missão principal desta pesquisa consiste em estudar e analisar o comportamento empresarial na esfera ambiental, evidenciando como a aplicabilidade da contabilidade ambiental pode ser uma estratégia positiva num mercado competitivo. A metodologia utilizada foi feita através de pesquisa bibliográfica qualitativa descritiva, o público alvo escolhido para demonstrar a vantagem ambiental foi a classe empresarial de forma geral.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental, Sustentabilidade e Empresas.

1. INTRODUÇÃO

Percebe-se que nos últimos anos é crescente a consciência ecológica na sociedade em geral, que dia a dia está mais ciente de sua responsabilidade junto ao meio em que vive, passando a exigir das empresas o mesmo comportamento ambiental e social.

A Contabilidade Ambiental tem por objetivo trazer resultados visíveis à sociedade e trabalha fundamentada e focada na gestão sustentável, apresentando

as demonstrações ambientais. A gestão ambiental propicia a oportunidade de somar valor e obter vantagens competitivas no mercado, resultando no alívio dos efeitos de seus produtos e processos produtivos no ambiente.

Este estudo visa analisar a contabilidade ambiental como instrumento estratégico para as empresas e demais interessados ou usuários da informação, além de reduzir os danos causados ao meio ambiente, captando informações precisas em relação à conscientização ambiental e contextualizando os conceitos da contabilidade ambiental, proporcionando meios para que a empresa possa investir na preservação ambiental.

A participação contábil é importante, visto que despertará o interesse para as questões ambientais, influenciando a classe empresarial a implantar em sua gestão a variável ambiental, não apenas para cumprir leis, mas por uma questão de consciência ecológica.

O desenvolvimento do trabalho foi estruturado da seguinte forma: a princípio serão abordadas algumas ações de Preservação do Meio Ambiente, conceitos básicos da Contabilidade Ambiental, do Ativo, Passivo e Patrimônio Ambiental, Responsabilidade Social, Gestão Ambiental e a Contabilidade Ambiental como o passaporte para a competitividade, depois será apresentada a caracterização da metodologia, em seguida as considerações finais e por fim as referências.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Movimentos organizados, surgidos na década de 70, passaram a questionar os problemas ambientais no intuito de minimizar seus efeitos negativos, incluindo os oriundos das atividades econômicas, em especial, os originados nas indústrias. Dias (200, p.79) diz:

Em 1972, houve a 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, de Estocolmo na Suécia, foi a primeira atitude mundial em tentar organizar as relações de Homem e Meio Ambiente e poluição foi a palavra-chave desse encontro.

Publicado em 1987, o documento intitulado como Nosso Futuro Comum, também conhecido como o relatório Brundtland, trouxe o conceito de "desenvolvimento sustentável", como sendo aquele que "satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades". Esse conceito, para a Comissão que elaborou o documento, segundo Souza (2000, p.72)

Tinha a idéia de necessidade, principalmente as necessidades dos pobres do mundo que deveriam receber a máxima prioridade; e a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Na década de 90, foi constituído na Inglaterra o Grupo Estratégico Consultivo sobre o Meio Ambiente a ISO – Organização Internacional para a Padronização, denominada família 14000, reflete uma das mais profundas mudanças culturais da humanidade neste século. Tendo por objetivo criar normas internacionais de proteção ao meio ambiente.

A ISO tem por intuito principal o objetivo de fornecer assistência às entidades para a implantação ou melhoria do Sistema de Gestão Ambiental, entretanto, faz-se necessária e permanente a vigilância e manutenção dos sistemas adotados, através de revisões periódicas e avaliações dos procedimentos ligados ao meio ambiente, para que dessa forma possam ser identificadas as oportunidades para melhorá-las. (ISO 14000)

As principais normas ambientais no Brasil são Avaliação do processo: ISO 14.001 – Sistema de Gestão Ambiental; ISO 14.010 – Auditoria Ambiental; ISO 14.030 – Avaliação de Performance Ambiental e quanto a Avaliação do Produto: ISO 14.020 – Rotulagem Ambiental e ISO 14.040 – Análise do Ciclo de Vida.

O Protocolo Verde é um acordo assinado entre o IBAMA, o BNDES e algumas outras instituições financeiras governamentais, cuja proposta é subsidiar a aquisição de tecnologias antipoluentes. Os recursos obtidos por meio deste programa exigem que a empresa elabore previamente um Estudo de Impactos Ambientais - EIA, e periodicamente, um Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - RIMA, que auxilia a empresa no seu auto-reconhecimento, além de comprometê-la na melhoria do seu sistema operacional, tornando-o ambientalmente saudável.

2.2 ATIVO E PASSIVO AMBIENTAL

Partindo do conceito de que o ativo é o conjunto de bens e direitos, os ativos ambientais, por sua vez, são representados pelos bens adquiridos para emprego na gestão da redução aos danos causados ao meio ambiente, bem como aqueles decorrentes de investimentos na área ambiental. Segundo Ribeiro & Gratão (2000, p.4), o ativo ambiental representa o

Conjunto de bens da empresa que se destinam à preservação, proteção e recuperação ambiental. Devem ser segregados no Balanço Patrimonial, possibilitando aos usuários fácil identificação e melhor avaliação das ações ambientais praticadas pela empresa.

Os estoques do ativo ambiental representam os insumos necessários à produção para eliminar, reduzir ou controlar os níveis de emissão de poluentes; materiais para recuperação de ambientes; e no Imobilizado elencam-se os investimentos realizados na aquisição de equipamentos, instalações ou outros recursos que viabilizem a redução de resíduos durante o processo produtivo, e no ativo diferido representam investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia a longo prazo, quando estes puderem ser arrolados às receitas futuras de períodos específicos. Os ativos ambientais são distintos de uma empresa para outra, visto que a diferença entre os vários processos operacionais deve compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, conservação e preservação do meio ambiente.

Já o Passivo ambiental representa toda e qualquer obrigação de curto ou longo prazo, direcionado exclusivamente à promoção de investimentos em favor de ações relacionadas à extinção ou redução dos efeitos negativos causados ao meio ambiente, incluindo o percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória ou não, direcionada aos investimentos no setor ambiental.

Segundo Martins & De Luca (1994, p.27), os passivos ambientais referem-se “a benefícios econômicos que exigem como pagamento à entrega de ativos ou de serviços, em um momento futuro”, podendo esta ser motivado por um evento presente ou passado, que causou ou está causando prejuízos o ambiente.

Habitualmente, o surgimento destes passivos ambientais dá-se em razão do uso de uma área, lago, rio, mar, o aro uma série de espaços que compõem

nosso meio ambiente, que de alguma forma estão sendo prejudicados, ou ainda pelo processo de geração de resíduos ou lixos industriais, de difícil eliminação.

Ribeiro & Gratão (2000, p.5), afirmam que os Passivos Ambientais

Ficaram amplamente conhecidos pela sua conotação mais negativa, ou seja, as empresas que o possuem agrediram significativamente o meio ambiente e, dessa forma, têm que pagar vultosas quantias a título de indenização de terceiros, de multas e para a recuperação de áreas danificadas.

O passivo e o ativo ambiental constituem juntos, os patrimônios ambientais da entidade empresarial, matérias da Contabilidade Ambiental.

2.3 PATRIMÔNIO AMBIENTAL

O patrimônio ambiental é composto pelo conjunto dos ativos e passivos ambientais.

Não há que se pensar em sua identificação física, já que os recursos próprios são formados ao longo da existência da companhia e são utilizados indistintamente nas mais variadas necessidades apresentadas pelo processo operacional da empresa, não cabendo, portanto, a identificação do capital ambiental ou das reservas de lucros ambientais. RIBEIRO & GRATÃO (2000, p.7).

Qualquer fato que altere o patrimônio da organização originará um fenômeno patrimonial. Isto ocorre tanto na célula social como na instituição não lucrativa.

2.4 CONTABILIDADE AMBIENTAL

Em meados da década de 60 existiu a necessidade dos gestores em obter informações financeiras para minimizar os impactos negativos causados ao meio ambiente. Assim, nasceu a preocupação e iniciativa dos contadores iniciaram sua especialização na área ambiental, dando origem à contabilidade ambiental. Assim, Ferreira (2007, p.60) concorda com os argumentos anteriores salientados “contadores [...] começaram a estudar o assunto, com o objetivo de contribuir para o estabelecimento de novos procedimentos [...]”.

A Contabilidade Ambiental vislumbra a escrituração dos benefícios ou prejuízos que um produto ou serviço possa trazer ao meio ambiente. Em virtude da escassez dos recursos naturais e as poluições, essa modalidade tem crescido nas empresas e tornou-se objeto de estudo e maior atenção.

Partindo da definição original de contabilidade defendida por Marion e Ludícibus (2000, p.53):

O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade.

Conclui-se que a Contabilidade Ambiental tem como objeto de estudo o patrimônio ambiental formado pelos ativos e passivos ambientais. A contabilidade ambiental dispõe de certas informações oferecidas como: aquisição de bens, de proteção a danos ecológicos, despesas de manutenção ou de recuperação de impactos ambientais, e prevenção a ser tomada quanto à recuperação e preservação do meio ambiente.

Bergamini Júnior (1999, p.4) elenca outros pontos que dificultam o processo de implementação da Contabilidade Ambiental, tais como: ausência de definição clara de custos ambientais; dificuldade em calcular um passivo ambiental efetivo; falta de clareza no tratamento a ser dado aos “ativos de vida longa”, dentre outros.

2.5 RESPONSABILIDADES SOCIAL DAS EMPRESAS

Não há como falar em Responsabilidade Social sem associar ao termo Empresa, visto que é delas que partem, no que lhe couberem, as iniciativas de proteção ao meio ambiente, considerando que também são elas que emanam os maiores danos e possuem o maior poder para reparar tais impactos.

Em geral, as empresas estão continuamente progredindo no sentido de fermentar o seletivo grupo de empreendedores empenhados em proteger o meio ambiente e reduzir, prevenir ou mitigar os efeitos da poluição.

De acordo com Melo Neto e Froes (2001, p.78), a Responsabilidade Social das Empresas consiste na sua “decisão de participar mais diretamente das

ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrente do tipo de atividade que exerce”.

A entidade empresarial socialmente responsável, leva em consideração as decisões que devem ser tomadas, considerando a comunidade onde está inserida e o ambiente onde opera.

Em virtude da crescente preocupação das organizações, quando se trata de ambiente, vemos que na nossa realidade surgem várias discussões acerca do papel das empresas como agentes sociais no processo de desenvolvimento. Portanto, em razão da assustadora evolução da degradação ambiental, as mesmas parecem sentir-se obrigadas a incorporar aos objetivos de obtenção de lucros, a responsabilidade social. Neste sentido, Sucupira (2000) diz que “torna-se fundamental que assumam não só o papel de produtoras de bens e serviços, mas também o de responsável pelo bem-estar de seus colaboradores”.

De acordo com Martins & Ribeiro (1995, p.2), as empresas deve comprometer-se na:

Manutenção de condições saudáveis de trabalho, segurança, treinamento e lazer para seus funcionários e familiares; contenção ou eliminação dos níveis de resíduos tóxicos, decorrentes de seu processo produtivo e do uso ou consumo de seus produtos, de forma a não agredir o meio ambiente de forma geral; elaboração e entrega de produtos ou serviços, de acordo com as condições de qualidade e segurança desejadas pelos consumidores.

Tendo como referencial os mesmos autores, o reconhecimento da responsabilidade social para com o meio ambiente foi a tarefa mais difícil e extensa para ser contraída pelas empresas. Tal resistência se deveu, entre outros, aos seguintes fatores:

1. Altos custos para aquisição de tecnologias necessárias para contenção, redução ou eliminação de resíduos tóxicos, como todo processo tecnológico em desenvolvimento;
2. Inexistência de legislação ambiental ou de mais rigor nas já existentes, não servindo as penalidades mais antigas como instrumento inibidor para seus infratores;
3. Os movimentos populares não eram fortes e coesos o bastante para unir e conscientizar toda a sociedade;

4. Os consumidores não associavam a atuação e comportamento da empresa ao consumo de seus produtos.

Recentemente muitas empresas utilizam tais investimentos como elementos de marketing, para mostrar que existe uma preocupação com o meio ambiente, projetando sua imagem com a de seus produtos junto à sociedade. Por isso, esta política de marketing tornou-se um fator competitivo entre as empresas concorrentes.

2.6 A EMPRESA E O MEIO AMBIENTE

Ao tratar sobre a relação entre empresa e meio ambiente, automaticamente fala-se em responsabilidade empresarial, onde sua análise é centrada em como elas interagem com o meio em que habitam e a forma como praticam as suas atividades. Dessa forma, uma entidade que possua um modelo de Gestão Ambiental já está correlacionada à responsabilidade social.

Conclui-se que os principais sujeitos do desenvolvimento de um país são as sociedades empresariais, cujo seus avanços tecnológicos e a capacidade de geração de recursos, fazem com que cada vez mais precisem de ações cooperativas e integradas onde possam desenvolver processos que tem por objetivo a Gestão Ambiental e a Responsabilidade Social.

Em dias atuais, empresas de médio e grande porte e socialmente responsáveis, possuem uma postura ética, onde o respeito da comunidade passa a ser um grande diferencial. O reconhecimento destes fatores pelos consumidores e o apoio de seus colaboradores faz com que se criem vantagens competitivas e, conseqüentemente, atinja maiores níveis de sucesso.

É visível que a Gestão Ambiental e a Responsabilidade Social são condicionadas à pressão de regulamentações e pela incessante busca de melhor reputação aos olhos da sociedade. Os investimentos destinados a Gestão Ambiental e a consciência da Responsabilidade Social pelas empresas são aspectos que fortalecem a imagem positiva das organizações diante dos mercados em que atuam, dos seus colaboradores, concorrentes e fornecedores.

Refere que empresas que protegem o meio ambiente são bem vistas pelo consumidor e por investidores, já havendo, em alguns países, fundos especializados em investir em empresas que protegem o ambiente. FRANCO (1999, p.38).

Esses fundos têm crescido e apresentado rentabilidade, porque as empresas são também mais lucrativas. Quais os efeitos desses resultados? Em primeiro lugar, a redução de custos pela utilização de normas da ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental. Tais padrões visam garantir a preservação da natureza e, conseqüentemente, assegurar o desenvolvimento sustentável.

As organizações que não seguem a esses padrões são punidas pelos próprios consumidores, que deixam de adquirir seus produtos, dando preferência às corporações que primam pela preservação ambiental. Logo, acredita-se que a necessidade de preservar o meio ambiente deixou de ser uma preocupação ímpar e isolada de grupos ambientalistas e de organizações não-governamentais. Algumas empresas já se conscientizaram de que a sobrevivência de todos depende da preservação do meio ambiente, porém são poucas as que se sensibilizam.

2.7 GESTÃO AMBIENTAL

Para verificar e quantificar o empenho das organizações rumo à sustentabilidade, e para fornecer aos usuários da informação dados necessários para a tomada de decisões empresariais sustentáveis, precisa-se incluir no planejamento estratégico e operacional um eficaz programa de gestão ambiental, onde envolvam os objetivos ambientais com os objetivos da organização.

A melhoria da qualidade ambiental dos serviços deve ser causa de busca ininterrupta e de qualquer organização, em qualquer nível ou atividade, tornando-a uma das mais importantes atividades relacionadas com qualquer empreendimento.

A gestão ambiental reúne princípios e valores ambientais que visam o alcance de um novo modelo de negócio, pautado no desenvolvimento sustentável, e interligando os objetivos ambientais aos objetivos econômicos da organização. Tornando-as importantes instrumentos para a criação de condições de competitividade para as entidades, independentemente do seu segmento econômico.

As empresas devem passar por uma reestruturação em seu âmbito organizacional e empresarial, revisando os padrões já existentes.

Qualquer organização interessada em mostrar à sociedade o seu envolvimento com a questão ambiental, precisa incorporar ao seu planejamento

estratégico e operacional, um eficiente programa de gestão ambiental, adequando os objetivos ambientais com os objetivos da própria organização.

Gestão ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidade, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no meio ambiente por suas atividades. KRAEMER (2008, p.144).

O gerenciamento ambiental é conexão de sistemas e programas organizacionais que permitem: o uso racional dos recursos naturais, em virtude da escassez, relativamente mais caros ou por se encontram cada vez mais protegidos, o controle e a redução dos impactos no meio ambiente, o cumprimento da legislação ambiental, a eliminação ou redução dos riscos ao meio ambiente e ao homem, utilização de tecnologias limpas.

2.8 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Um conjunto de procedimentos para administrar ou gerir uma organização ou entidade, com ou sem fins lucrativos, de forma a manter ou melhorar o meio ambiente, define-se como sistema de gestão ambiental.

No tangente às vantagens empresariais, Maimon (1996, p. 72) afirma que,

Em termos organizacionais, os parâmetros relacionados ao meio ambiente passam a ser levados em conta no planejamento estratégico, no processo produtivo, na distribuição e disposição final do produto.

Há uma mudança comportamental em todos os níveis da empresa e uma legalidade da responsabilidade ambiental.

Tais sistemas, por definição, ordenam todas as etapas e processos envolvidos com o desenvolvimento das atividades empresariais, desde a contratação de recursos humanos, até a distribuição dos bens e produtos. Assim, é possível tornar as etapas de trabalho mais inteligentes, mediante a priorização de metas e prazos, e a uma utilização mais racional dos recursos disponíveis.

Segundo Queiroz e Queiroz (2000, p.79),

Implementar processos de gestão possibilita ainda, controlar o rendimento e a adequação de recursos humanos e materiais aos processos de trabalho internos, e disponibilizar informações aos setores envolvidos fornecedores, clientes, investidores, de forma mais ágil, transparente e livre de vícios. Apesar de demandarem determinados custos e investimentos, trazem um rápido retorno às empresas, tanto pela economia obtida pela racionalização, quanto pela otimização de níveis de eficiência agregados aos bens e serviços.

Para que seja implantado um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) deverão ser mencionados todos os aspectos referentes às atividades, produtos e serviços das empresas e os resultados expressivos que poderão provocar no meio ambiente. Essa identificação pode proceder através de uma revisão inicial, envolvendo pelos menos as seguintes áreas: legislação e outros instrumentos legais e normativos, aspectos ambientais, análise das práticas e procedimentos de gestão ambiental, avaliação dos incidentes/acidentes prévios.

A implantação do SGA se dá em cinco etapas sucessivas e contínuas, assinaladas por Maimon (1995; p. 72) que são: “Política Ambiental da organização, Planejamento, Implementação e Operação, Monitoramento e Ações Corretivas, e Revisões no Gerenciamento”. Todas essas etapas buscam um progresso contínuo, ou seja, um ciclo dinâmico no qual está se reavaliando permanentemente o sistema de gestão e procurando a melhor relação possível com o meio ambiente.

North (1992 apud CAGNIN, 2000) enumera os benefícios da gestão ambiental, que estão discriminados abaixo:

Benefícios da gestão ambiental BENEFÍCIOS ECONÔMICOS
<ul style="list-style-type: none"> . Economia de custos . Redução do consumo de água, energia e outros insumos; . Reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos e diminuição de afluentes; . Redução de multas e penalidades por poluição.
<p>Incremento de Receita</p> <ul style="list-style-type: none"> . Aumento da contribuição marginal de “produtos verdes”, que podem ser vendidos a preços mais altos; . Aumento da participação no mercado, devido à inovação dos produtos e à menor concorrência; . Linhas de novos produtos para novos mercados; . Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição.
BENEFÍCIOS ESTRATÉGICOS

- . Melhoria da imagem institucional;
- . Renovação e aumento dos produtos;
- . Alto comprometimento do pessoal;
- . Melhoria nas relações de trabalho;
- . Melhoria da criatividade para novos desafios;
- . Melhoria das relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas;
- . Acesso assegurado ao mercado externo;
- . Melhor adequação aos padrões ambientais.

Fonte: Adaptado de North, (1992 apud CAGNIN, 1999).

2.9 CONTABILIDADE AMBIENTAL – O PASSAPORTE PARA A COMPETITIVIDADE

A gestão ambiental apresenta à empresa ou organização, oportunidades que agregam valores e aumentam suas vantagens competitivas, através da percepção da sociedade, que provavelmente diminuirá os custos e efeitos de seus produtos e processos produtivos no meio ambiente.

A gestão ambiental passa a ser vista como um tema estratégico dentro das organizações, e isso tem se tornado um ponto importante de destaque. A Contabilidade Ambiental tem se apresentado com maior importância para as empresas em geral, visto que a disponibilidade ou escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objeto do debate econômico, político e social em todo o mundo.

Há uma luta contínua no sentido de se resguardar o meio ambiente e reduzir, prevenir ou suavizar os efeitos negativos da produção, e, por conseguinte, as empresas tendem a abrir para a comunidade dados sobre política ambiental, seus programas de gerenciamento ambiental e o impacto de seu desempenho ambiental, em seu desempenho econômico e financeiro.

2.10 VANTAGENS E DESVANTAGENS

As organizações que demonstrarem avanços em usos de tecnologias ambientais ou em relação à utilização de processos produtivos sustentáveis poderão agregar benefícios adicionais, tais como, a maior satisfação dos funcionários em trabalhar numa “empresa verde”, redução ou extinção de taxas e multas por danos

ambientais, menores custos de produção e desperdícios, e de disposição de resíduos, além de ter acesso a melhores oportunidades de negócios, tornando-se uma empresa mais atrativa para investimentos e melhor vista pelos fornecedores.

As atividades de natureza ambiental, de acordo com Wernke (2001, p.46),

Passaram a ser, mercadologicamente, estratégicas por uma razão fundamental: exercem grande influência sobre a continuidade da empresa, pois o impacto de seus resultados pode culminar na exclusão desta do mercado, o que pode ocorrer através da perda de clientes para concorrentes que ofereçam produtos e processos ambientalmente saudáveis.

Da perda de investidores potenciais, que estejam preocupados com a questão ecológica global e com a garantia de retorno de seus investimentos; de restrições creditícias no mercado financeiro; ou de penalidades governamentais de natureza decisiva, como imposição de encerramento das atividades, ou multas de valores substanciais e de grande impacto no fluxo de caixa das companhias. A variável ambiental pode ser usada, principalmente para situar o produto ou a empresa, de forma a distinguir-se dos concorrentes, justamente pela ênfase na preocupação ambiental.

Segundo Wernke (2001, p.46), diz ainda que:

O uso de materiais recicláveis, o financiamento de programas de preservação do meio ambiente, o tratamento de dejetos oriundos de sua própria linha de produção etc, podem servir como sinalizador perante os consumidores, da preocupação da empresa com a questão ambiental.

As visões acerca do futuro ambiental das empresas podem ser utilizadas para encorajar operações prudentes e defensivas de redução de resíduos, oferecer informações estratégicas em termos de diversificação de produção, investimento em pesquisas e tecnologias e, até mesmo, apontarem a necessidade de mudança na rota dos negócios. Podem, ainda, influenciar agências reguladoras e formadores de políticas públicas, custear o programa de gerenciamento de risco e dar transparência a riscos ocultos em fusões e aquisições.

De acordo com Porter & Linde (1995), o controle de custos pode ser usado como ferramenta para prevenir futuros impactos ambientais, nesse caso, a

empresa deve avaliar o seu processo, mediante uma auditoria ambiental, enfocando os custos desnecessários (gastos excessivos de água e energia).

Minimizando os custos, a organização garante aumento de produtividade e proporciona maior saúde financeira, dando maiores condições à empresa de oferecer um preço mais competitivo.

Neste sentido, os gestores ou administradores têm a necessidade de identificar e alocar custos ambientais, de maneira que as decisões de investimentos estejam baseadas em custos e benefícios adequadamente mensurados.

Cada vez mais atentos e informados, o consumidor também vem cumprindo seu papel ambiental ao adquirir produtos dessas empresas modelo, boicotando outros quando acham que estão sendo lesados, ou quando reconhecem que determinada empresa está prejudicando o nosso meio ambiente.

Eficiência, qualidade, produtividade, inovação tecnológica, satisfação de clientes, cuidados com o meio ambiente, são alguns pontos que fazem parte das preocupações cotidianas dos gestores na atualidade. Rebollo (2001, p.15) “enfoca que o meio ambiente e a gestão ambiental são variáveis que estão se destacando presentemente no meio empresarial”.

Hoje, o desafio para a contabilidade está pautado na mudança de paradigma, para um modelo contábil ambiental, uma contabilidade integrada e competitiva que compreenda movimentos econômicos, movimentos operativos e movimentos ambientais.

Não há desvantagens para as empresas que preservam o meio ambiente, pois elas trazem benefícios para o desenvolvimento da mesma e para a comunidade onde está inserida.

3. METODOLOGIA

A pesquisa é umas das formas de obter o conhecimento. E toda pesquisa precisa seguir uma metodologia. Quanto aos seus objetivos, este estudo classifica-se como uma pesquisa descritiva, tendo por objetivo a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos.

Este artigo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, que segundo Nicola (1998, p.35) “é um estudo minucioso e sistemático, com finalidade de descobrir fatos relativos a vários campos de conhecimentos”.

Foram utilizados livros, revistas, artigos científicos, além de pesquisas em sites da internet que ao longo do trabalho abordaram o tema sob o ponto de vista de vários estudiosos que subsidiam a contabilidade, neste caso do meio ambiente e todas as indagações e repostas esclarecedoras. Deste modo esta pesquisa se fundamenta nos objetivos da revisão empírica.

A população escolhida para demonstrar a vantagem ambiental foi à classe empresarial de forma geral. É de fundamental importância os questionamentos e procedimentos ambientais no mundo empresarial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou mostrar a importância da Contabilidade Ambiental no combate pela preservação do meio ambiente, conscientização, orientação do empresariado e colaboradores sobre a sua responsabilidade.

Para não agredir o meio ambiente, a empresa precisa se adaptar aos parâmetros exigidos e, por meio do reconhecimento e divulgação do seu passivo ambiental, da evidenciação dos ativos ambientais, dos custos e despesas com a preservação, proteção e controle ambiental, ela torna claro para a sociedade o nível dos esforços que vem desenvolvendo.

A contabilidade necessita estar aberta à evolução da tecnologia e às novas mudanças do mundo moderno, criando novos modelos contábeis eficazes e orientando os empresários a usá-los.

A empresa que demonstra estar comprometida com o uso de tecnologias ambientalmente amigáveis e adota processos produtivos sustentáveis em seus produtos, pode angariar benefícios adicionais e ter garantida a sua inserção em um novo mercado mais exigente, que cobra atitudes imediatas e não perdoa erros que podem ser evitados.

Que este artigo possa contribuir para pesquisas futuras no meio acadêmico e dê subsídios a estudos posteriores.

ABSTRACT

Given the importance of operating in a sustainable manner, the concern arises from the corporate world to adopt a responsible attitude in relation to the environment, while minimizing the environmental impact of their businesses. Thus, we look into how environmental accounting can help to minimize these effects and become an auxiliary tool, and stratagem in such a competitive market? This study aims to explore the environmental accounting as an auxiliary and strategic tool for business and reduce the damages caused to the environment. The main mission of this research is to study and analyze corporate behavior in the environmental sphere, showing how the applicability of environmental accounting can be a positive strategy in a competitive market. The methodology used was made using qualitative descriptive literature, the audience chosen to demonstrate the environmental benefit was the business class in general.

Keywords: Environmental Accounting and Sustainable Business.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. Contabilidade e riscos ambientais. **Revista do BNDES, Rio de Janeiro:** v.6, n.11, p.4, junho de 1999.

CAGNIN, C. H. Fatores relevantes na implementação de um sistema de gestão ambiental com base na Norma ISSO 140001. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2000.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FRANCO, Hilário. **A contabilidade na era da globalização**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de & MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2000.

KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade Ambiental – O Passaporte para a Competitividade**, 2008. Disponível em: <http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos_ler.php?canal=4&canallocal=4&canalsub2=10&id=166>. Acesso em: 14 out. 2009.

MAIMON, Dália. **Passaporte verde gestão ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

MARTINS, Eliseu, DE LUCA, Márcia M. Ecologia via contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília - DF: ano 23, nº 86, p.27, mar.1994.

MARTINS, Eliseu, RIBEIRO, Maisa de Souza. A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. **Revista Interamericana de Contabilidade**, nº 60, p.2, out/dez 1995.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial**: a administração do terceiro setor. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

NICOLA, José. **Literatura brasileira**: das origens aos nossos dias. 15ª ed. São Paulo: Scipione, 1998.

PORTER, Michael E.; LINDE, Claas Van Der. Ser verde também é ser competitivo. **Revista Exame**. São Paulo, p.72-78, 22 nov, 1995.

QUEIROZ, Regiane L. Silveira; QUEIROZ, Eliseu Silveira. A contabilidade como um instrumento de gestão ambiental e empresarial, e sua contribuição à melhoria da qualidade de vida planetária. **Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ano III, nº 09, p.78-83, ago/out.2000.

REBOLLO, Mário Guilherme. A contabilidade como instrumento de controle e proteção do meio ambiente. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre - RS, nº104, p.12-23, mai.2001.

RIBEIRO, M. de S; GRATÃO, A. D. Custos ambientais – o caso das empresas distribuidoras de combustíveis. In CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2000, Recife. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Custos**. Recife; 2000.

SOUZA, Renato S. de. **Entendendo a questão ambiental**: temas de economia, política e gestão do meio ambiente. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SUCUPIRA, João. **A responsabilidade social das empresas**. Balanço Social – Ibase. <http://www.balancosocial.org.br//>

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WERNKE, Rodney. **Custos ambientais**: uma abordagem teórica com ênfase na obtenção de vantagem competitiva. Revista de Contabilidade do Conselho Regional de São Paulo. São Paulo – SP: ano 5, nº 15, p. 40-49, mar. 2001.